

O Conceito de Excepcionalidade: uma Abordagem Histórica *The Concept Of Exceptionality: A Historical Approach*

Nelson Dagoberto de Matos

1- INTRODUÇÃO

Este ensaio tem como objetivo fazer uma análise do conceito de excepcionalidade, por meio de uma revisão teórica que evidencie as proposições conceituais dos pesquisadores, na literatura sobre o tema.

A conceituação de um determinado objeto de estudo pode ser entendida como um recurso acadêmico para delimitar suas características, fornecendo um quadro que possibilite o seu trato nas diversas instâncias da sociedade. Esta delimitação, em algumas situações, ocorre como exigência de um paradigma de ciência que leva à distinção de certos fenômenos ou fatos sociais, apontando claramente como será abordado o tema central no trabalho científico. No campo político-econômico, conceituar atribuindo características peculiares ao objeto de estudo define os critérios de distribuição ou locação de recursos, principalmente, financeiros, por parte do Estado. Para além do campo científico e político-econômico, há que se considerar os valores morais e éticos humanos, segundo os quais conceituar pode conduzir à inculcação de determinados atributos que ferem a dignidade do homem.

Assim, o termo excepcionalidade, enquanto símbolo que expressa uma condição ou fenômeno humano, pode ser compreendido à luz destes aspectos, resultado da dinâmica social.

2- ASPECTOS EVOLUTIVOS

Para se fazer uma análise do termo excepcionalidade, acredito ser importante considerar as implicações sociais que são reveladas na construção deste conceito. Diversos autores, entre os quais podem ser citados: Bueno (1993), Ferreira (1994), Amiralian (1986) e Carmo (1994), fazem uma discussão bastante rica acerca desta terminologia, sobretudo por adotarem uma abordagem que privilegia os condicionantes sócio-históricos.

Um ponto inicial que pode ser colocado seria quanto à natureza do Homem que, de acordo com Bigge (1977), pode ser boa, má ou neutra; tal concepção orienta uma determinada postura pedagógica. Conquanto este autor não assuma qualquer das concepções, a proposição de que o Homem possa ser naturalmente bom, mau ou neutro já revela uma compreensão de pré-determinação da ação humana. Esta poderia ser, portanto, uma das interpretações sobre a atuação que o Homem revela no seu mundo, como inata ou pré-definida. De outro lado, está a outra interpretação, na qual a ação do Homem é constituída por meio das relações que estabelece com seus pares ou com a própria natureza. Aqui pode ser citada a proposição de Berger e Luckmann

(1985), na qual a realidade onde se insere o ser humano é construída socialmente, onde todas as variáveis que surgem no mundo do Homem são produtos da sua própria ação. Assim, pode ser dito que o Homem é, ao mesmo tempo, criador de determinados fatos sociais e destes sofre as conseqüências. Para Bueno (1993), conhecer o Homem implica discutir os fenômenos dos quais este mesmo Homem situa-se como seu produtor.

Ao discutir a formação da sociedade civil, Bobbio (1991) observa que o caráter social do Homem se manifesta a partir do momento em que ele reconhece a sua impotência para realizar suas carências de forma isolada e por este motivo se relaciona com um seu par, formando os grupos sociais.

Desta forma, quando duas pessoas somam seus conhecimentos ou competências para satisfazer suas carências, isso se caracteriza como a formação social da realidade, numa junção perfeita e cooperativa (BERGER e LUCKMANN, 1985). No entanto, esta pretensa cooperação acaba não se efetivando em função dos interesses individuais que provocaram tensões nas relações interpessoais, cuja mediação exige a formação da sociedade política ou a figura do Estado.

Portanto, parece que na opção de desenvolvimento das civilizações humanas foi imprescindível a subjugação do Homem pelo Homem. Para Aquino (1988), a expansão de algumas civilizações deu-se por meio das guerras, cujo resultado classificava as nações em vitoriosas e derrotadas. Este quadro torna possível, inicialmente, a estratificação das pessoas em senhores e escravos, que se aperfeiçoa e se aprofunda à medida que se desenvolvem as civilizações. Desta forma, pode-se perceber que a distinção entre as pessoas tem um passado bastante remoto, definindo aqueles que podem participar do processo social e os que dele são marginalizados, dicotomia adequada para o aparecimento de toda sorte de desigualdades sociais. Este processo, intencionalmente forjado pelo Homem e não natural, repercute no tratamento destinado às pessoas deficientes, já nas sociedades antigas.

Amiralian (1988) relata atitudes distintas para essas pessoas, desde a eliminação à reverência, mas quase sempre de marginalização.

Na Idade Média, surgem as primeiras tentativas de atendimentos à pessoa deficiente, possivelmente, como forma da sociedade, ou mais precisamente, da classe dominante solucionar o problema que ela própria produziu, mas não reconhece. Como este atendimento se volta, apenas, para um extremo da questão, ou seja, para as conseqüências, sem a preocupação com as causas determinantes, ele se caracteriza como assistencialismo.

Parece ser desta forma que surge o embrião do atendimento especial, cuja população-alvo é definida a partir dos padrões de normalidade. Mais uma vez caracteriza-se a diferenciação entre as pessoas, agora não mais pela supremacia física, religiosa ou econômica que gerou dominantes e dominados, reis e vassallos, proprietários e serviçais; mas por parâmetros científicos que definem os comportamentos medianos e os desviantes. Evolui-se, desta forma, do estágio em que os fenômenos eram explicados pelos conhecimentos do senso comum para o estágio das explicações dadas pelos conhecimentos da ciência.

Esta alteração do panorama, no qual se explica a deficiência, é definida por Amiralian (1986) como uma passagem do período pré-científico para o período científico.

É neste contexto que surge uma nova concepção de ciência, onde o trabalho científico só é reconhecido como tal quando o objeto de estudo pode ser objetivado. Assim, o que é ciência deve se orientar por paradigmas acolhidos sob o manto dos princípios epistemológicos positivos.

Desta forma, alguns campos de conhecimento que reivindicam para si o status de ciência oferecem instrumentos objetivos para estudar determinados fenômenos.

Como observa Bueno (1993), o pensamento positivista influencia sobremaneira o conhecimento da relação saúde-doença que serve de referência para as concepções sobre normalidade e patologia.

Os instrumentos para definir aquilo que pode ser considerado "normal" são fornecidos pela estatística. Tomam-se como referência as características ou comportamentos mais freqüentes para a espécie humana, matematizando-os por meio de cálculos que definiam uma média. Desta até o estabelecimento de comportamentos desviantes não foi tão difícil. Adotou-se o uso de mais um recurso matemático que é a fórmula do desvio-padrão. Está dado, portanto, um passo fundamental para o conceito de deficiente, que não se limita mais a uma constatação aparente, mas se estende à comprovação científica.

O termo considerado mais adequado, por alguns autores, para designar as pessoas que ficavam abaixo da média em limitações variadas era o conceito deficiente, que poderia assumir, ainda, outros significados como retardados, diminuídos ou incapacitados (BUENO, 1993).

Os estudos de Bueno (1993) indicam que muitos autores não conseguem deixar de usar denominações como diminuídos, deficientes, retardados ou incapacitados, quando se referem às pessoas que se situam abaixo da média.

A categorização das pessoas ou sua tipificação não deve ser entendida como um fenômeno pré-determinado, mas sim, como decorrente das relações sociais estabelecidas, construídas pelo próprio homem e carregadas de sentido ideológico (BUENO, 1993).

Assim, a configuração de um novo modelo de sociedade, que se caracteriza como urbano-industrial, exerce uma pressão sobre a estrutura escolar, em termos de qualificação para o trabalho, conduzindo aos testes de medida de inteligência e de interesses, que são patrocinados pela psicologia diferencial (FERREIRA, 1995).

Se a escola sofre pressão para atender as exigências da qualificação para o trabalho, é no espaço educacional que o termo excepcionalidade encontra possibilidade de se expandir, enquanto conceito menos estigmatizante e menos pejorativo.

A excepcionalidade se situaria, para Amiralian (1986), como um conceito sócio-educacional, pois os critérios que a definem se baseiam nas necessidades educacionais especiais das pessoas, cujas exigências educativas são muito diferentes da maioria.

O conceito de excepcionalidade, considerado um termo contemporâneo, passa a englobar, além das pessoas historicamente denominadas deficientes, por apresentarem limitações mais evidentes, também, aquelas pessoas classificadas como superdotadas, para as quais as exigências educativas diferem da maioria.

Para Ferreira (1995), referindo-se ao conceito de excepcionalidade, "é deste século a noção de agrupar sob o mesmo rótulo pessoas com habilidades intelectuais destacadas e com atrasos intelectuais, cegos e até idosos" (p. 14).

Para este autor, a definição de excepcionalidade, em termos de classificação e atendimento, tem a ver com os processos de autonomia e independência pessoal e produtividade, o que nos dá a entender que nem toda diferença pode ser caracterizada como excepcional.

No caso brasileiro, de acordo com as definições vigentes, a excepcionalidade incluiria os deficientes visuais, auditivos, físicos, mentais; os portadores de deficiências múltiplas; os portadores de problemas de conduta e os superdotados (FERREIRA, 1995).

Parece-nos que o conceito de excepcionalidade deve sua utilização à inclusão de pessoas com problemas de conduta e àqueles com coeficiente intelectual acima da média. Neste caso, o problema permanece, pois os critérios de definição do que é um problema de conduta ou um coeficiente intelectual privilegiado são arbitrários, subjetivos e podem atender diversos interesses, entre os quais a demanda de recursos.

Sobre este aspecto, Bueno (1993) observa que a inclusão do superdotado na excepcionalidade serve para concretizar a oferta de escolaridade para crianças oriundas das classes sociais altas, encobrir a baixa qualidade da escola regular e reforçar a visão de que o baixo rendimento escolar das crianças se sustenta nas potencialidades individuais.

3- CONCLUSÃO

Em consequência da orientação teórica dada a este ensaio, algumas observações serão pontuadas.

Uma delas é o fato de que os caminhos do desenvolvimento percorridos pelas civilizações humanas estão recheados de exemplos de discriminação, alicerce para balizamentos conceituais, cuja função mais genérica é a de dividir os mundos dos que têm e não têm acesso ao conjunto de bens produzidos pela sociedade. Para que as camadas inferiores se acomodassem a esta situação, as elites cuidaram da construção de um discurso, cuja finalidade era a inculcação ideológica da aceitação do seu destino. A superioridade das camadas dirigentes era justificada e explicada sob a óptica da divindade, onde a tarefa de conduzir os destinos da humanidade lhes fora reservada pelos deuses.

Como estas diferenças se aprofundam, o agente econômico determina os que são donos dos meios de produção e aqueles que os servem. A elite adota o discurso da igualdade entre os seres humanos, cuja realização depende das iniciativas ou potencialidades individuais, sem considerar, minimamente, as condições materiais para tal.

Neste caso, a conceituação atribuída às pessoas, entre as quais os deficientes, se prestou ao papel de caracterizá-las como aptas ou não-aptas à participação no processo social, exclusivamente pelas medidas de suas potencialidades individuais.

Intencionalmente, portanto, desde os seus primórdios, a sociedade, por meio de suas elites, decidiu excluir as diferenças ao invés de buscar compreendê-las como resultantes do processo social e definir outras alternativas de organização social.

Outro ponto é a busca de termos que contenham menor carga de estigmatização, como se isso fosse resolver a questão. O estigma resultante da terminologia utilizada é um extremo do processo ou sua conseqüência. No nosso entendimento, o problema está na base do processo ou na origem, onde as causas que provocam o fenômeno são omitidas. Ainda que a caracterização dos diversos tipos de excepcionalidade, conseguidas por critérios variados, tenham a finalidade de diagnosticar e oferecer dados para as formas de atendimento, cabe, aqui, a apresentação de dois registros: o primeiro é o fato de que os critérios utilizados são matemáticos e, conseqüentemente, desconsideram as condições sócio-econômicas; o segundo é que eles são arbitrários e variam de acordo com os interesses sócio-político-econômicos dominantes.

Assim, a despeito de se compreender que o debate acerca das pessoas excepcionais, em termos do atendimento, é algo concreto e necessário, na atualidade, é urgente uma discussão paralela sobre o processo de desenvolvimento sócio-econômico vigente, cuja virtude maior é produzir mais exclusão sob o falso e sedutor discurso da igualdade de oportunidades individuais.

REFERÊNCIAS

AMIRALIAN, Maria Lúcia T. M. Psicologia do excepcional. In: *Temas Básicos de Psicologia*. São Paulo: EPU, vol. 8, p. 1-9. 1986.

BERGER, P. e LUCKMANN, T. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 1985. 248 p.

BIGGE, Morris L. *Teorias de aprendizagem para professores*. São Paulo: EPU, 1977.

BOBBIO, N. e BOVERO, M. *Sociedade e estado na filosofia política moderna*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1991. 179 p.

BUENO, J. G. S. *Educação especial brasileira*. São Paulo: EDUC, 1993.

CARMO, A. A. *Deficiência física: o estado brasileiro cria, recupera e discrimina*. Brasília: Secretaria do Desporto/PR, 1994. 230 p.

FERREIRA, J. R. *A exclusão da diferença*. Piracicaba: UNIMEP, 1995.

Nelson Dagoberto de Matos é professor adjunto do Departamento de Educação Física da Universidade Federal de Sergipe, mestre em Ciência do Movimento pelo Centro de Educação Física e Desporto da Universidade Federal de Santa Maria - RS e doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos - SP. E-mail: pndmatos@iris.ufscar.br